



1. Nas Linhas de Orientação do Movimento para o Aprofundamento da Democracia; foi tomada a decisão de "intervir no debate nacional sobre as próximas eleições presidenciais". Nessa mesma decisão se chamava a atenção para "as virtualidades da componente presidencial do regime" e para "os critérios políticos e éticos que deverão presidir à escolha dos futuros candidatos".

É no cumprimento dessa decisão - e face ao relevo dado pelos órgãos de comunicação social, desde há alguns meses, às eleições de 1985 - que o Movimento para o Aprofundamento da Democracia se propõe dar o seu contributo neste momento do debate nacional, já claramente aberto. Fá-lo, naturalmente, a partir do seu lugar próprio de movimento cívico e cultural, para quem a intervenção social, nos seus múltiplos aspectos, é a forma privilegiada de actuação.

2. O Movimento para o Aprofundamento da Democracia considera as eleições presidenciais de 1985 um elemento determinante e fundamental para o futuro do país. Nelas se joga a capacidade de todo um povo de superar as divisões existentes e de criar uma nova esperança à volta de um projecto global e possível para a sociedade portuguesa.

Com efeito, as divisões aparentemente ideológicas e os sectarismos emocionais contribuem, em larga medida, para a crise com que o país se vê a braços. Nessas divisões escoam-se as energias, neutralizam-se as ideias, matam-se à nascença as iniciativas que poderiam contribuir para aumentar o bem-estar de todos nós.



Torna-se assim impossível ver surgir na sociedade portuguesa um projecto congregador das energias e das vontades dos cidadãos. Cada novo programa de governo traz consigo intenções meritórias, propostas com valor. No entanto - e apesar das possibilidades que oferece uma democracia que está ainda ganhando forma - não se vê surgir nesses programas um projecto dinâmico e moderno, atento aos interesses de todos os grupos sociais e capaz de devolver ao país a sua dignidade própria.

3. Só é possível sair das dificuldades que actualmente enfrentamos por uma convergência de sentimentos e de ideias, procurada, sem preconceitos, a todos os níveis.

As fracturas que dividem o nosso corpo social e a ausência de projectos políticos que, pela sua modernidade, façam congregar esforços e vontades impõem a formação de uma vontade colectiva actuante, capaz de gerar concordância quanto aos projectos de desenvolvimento prioritários e quanto às dinâmicas da respectiva execução.

Dar forma a essa vontade colectiva e convertê-la em projectos de desenvolvimento nacional é uma das dimensões da verdadeira democracia no tempo em que vivemos.

Só a partir do empenhamento de todos nós em iniciativas realistas e viáveis, adequadas às várias regiões, aos vários grupos de interesses e aos recursos que possuímos, será possível identificar o projecto nacional mobilizador que nos fortalecerá como povo.



4. Nessa procura de verdadeiro aprofundamento da democracia - nos seus factores de congregação de esforços dispersos e díspares e de reforço das finalidades e dos métodos para o desenvolvimento do país - assume papel primordial, no quadro do Estado, a função presidencial.

É um caminho novo de exercício real - e não apenas formal ou aparente - da democracia, norteada por metas claras de desenvolvimento, que se deve abrir com as eleições presidenciais de 1985.

Por isso, o Movimento para o Aprofundamento da Democracia considera imperativo afirmar a sua exigência de um candidato capaz de tornar possível esse caminho novo.

5. Tal exigência supõe, antes de mais, uma capacidade ética que permita uma total independência em relação a meros jogos de poder que tantas vezes desfiguram e descreditam as instituições democráticas, impedindo-as de realizarem as tarefas para que foram criadas.

Supõe, igualmente, uma formação cultural integrada, capaz de interpretar a realidade portuguesa actual e de a situar adequadamente face à complexidade das questões que, a nível mundial, determinam a evolução das sociedades de hoje.

De modo especial, tal exigência supõe a possibilidade de criar condições para que sejam levadas ao seu termo as tarefas mais prementes do desenvolvimento e para que se possa realizar a construção autónoma do nosso futuro enquanto nação livre e soberana.



6. O Presidente da República de que o país, neste contexto, necessita não é um "presidente-árbitro": é um presidente com um projecto político-cultural congregador.

Da capacidade de um candidato a Presidente da República em se assumir e em ser reconhecido como figura moral, cultural e política, quer no plano nacional quer no plano das relações externas, dependerá, em larga medida, o futuro de todos os portugueses.

Apelamos, por isso, a todos os cidadãos e, em especial às forças políticas constituídas, para que se esforcem por propôr ao país candidatos cujo perfil corresponda aos imperativos atrás esboçados - os únicos capazes de apontar novos rumos à vida nacional.

Fundação Cuidar o Futuro